

“Gênero, Sexualidade e Saúde”. In: *Saúde, Sexualidade e Reprodução - compartilhando responsabilidades*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1997, p. 101-110.

## **Gênero , sexualidade e saúde <sup>1</sup>**

**Maria Luiza Heilborn <sup>2</sup>**

Este artigo propõe-se como uma introdução à problemática do gênero e da sexualidade, pretendendo articulá-la dentro da perspectiva dos assim chamados direitos reprodutivos (1). Circunscrevo-me a essa temática recortando uma dimensão particular do horizonte imenso que é a saúde. Antes de mais nada, convém lembrar que pensar as políticas de saúde que incidem sobre o domínio da reprodução e da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis é avaliar que os sujeitos aos quais elas se destinam estão marcados por condições sociais distintas, entrelaçando estas, determinações de classe, gênero, etnia, faixa etária, posição no ciclo reprodutivo, afiliação religiosa, capital cultural e educacional. Esta lista imensa de itens deve ser considerada como constituindo a moldura que fabrica e encerra as condições de existência dos seres sociais e atualiza os dilemas da contemporaneidade, ou seja, como conciliar universalismo e diferença na formulação de políticas . Dilemas cuja resolução é sempre tentativa, mas nem por isso deve-se descartar como incômoda a sua presença .

Este texto se inicia caracterizando a razão da adoção do termo gênero nas análises sociais. Genericamente, as ciências humanas utilizam termos em suas teorias que são de uso da linguagem comum. Contudo, definir com precisão o sentido e a que dimensão da realidade a que se referem seus instrumentos conceituais é preocupação semelhante à das demais ciências. Esta estratégia de recortar e definir precisamente as dimensões da realidade humana e social está presente na formulação da noção de gênero, que surge nos anos 70, e que muito deve à crítica feminista.

Gênero é um conceito das ciências sociais que se refere à construção social do sexo. Significa dizer que a palavra sexo designa agora no jargão da análise sociológica somente a caracterização anátomo-fisiológica dos seres humanos e a atividade sexual propriamente dita. O conceito de gênero existe, portanto, para distinguir a dimensão biológica da social. O raciocínio que apóia essa distinção baseia-se na idéia de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a qualidade de ser homem e ser mulher é realizada pela cultura. Mas, por que é possível afirmar-se que homens e mulheres só existem na cultura, ou melhor, que são realidades sociais e não naturais?

---

<sup>1</sup>Este texto foi produzido para o Seminário ‘Saúde, Sexualidade e Reprodução: Compartilhando Responsabilidades’ da Faculdade Serviço Social /UERJ ), Rio de Janeiro, com vistas a servir como introdução ao conceito de gênero para um público de estudantes de serviço social, formuladores de políticas públicas e integrantes de organizações não-governamentais. Trata-se de um texto de sensibilização para a temática, considerando-se os parâmetros de uma análise sociológica. Parte de sua argumentação encontra-se no texto “Gênero:uma breve introdução” de minha autoria, publicado em IBAM/ Instituto de la Mujer *ONGS de mulheres e desenvolvimento organizacional*. Rio de Janeiro, 1995.

<sup>2</sup>Doutora em Antropologia Social; Professora Adjunta do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Pesquisadora do CNPq.

A antropologia, disciplina que estuda a diversidade cultural das sociedades, é o campo de saber que melhor pode responder esta questão. Ela sustenta que, em se tratando de cultura, a dimensão biológica da espécie humana fica bastante obscurecida na medida em que é próprio da condição desses seres a capacitação cultural como essencial à sobrevivência. É a cultura que humaniza a espécie, e o faz em sentidos muito diferentes.

Através da comparação entre diversas sociedades, pode-se perceber que homens e mulheres são concebidos representacionalmente e modelados socialmente de maneira muito variada, deduzindo-se assim a fraca determinação da natureza na definição de comportamentos sociais; a espécie humana é essencialmente dependente da socialização (Elias, 1987). Contudo, é usual conceber-se, no senso comum que as condutas que homens e mulheres ostentam advêm da dimensão natural inscrita em seus corpos. Um exemplo disso são as convicções muito difundidas sobre correlação inata entre sexo e personalidade. Na cultura ocidental, imagina-se que o masculino é dotado de maior agressividade e o feminino de maior suavidade e delicadeza. Margareth Mead, uma antropóloga americana, na década de 30, resolveu estudar essa questão nos anos 30. Seu livro *Sexo e Temperamento* (Mead, 1969) traz os resultados da pesquisa realizada na Nova Guiné sobre o que então se chamava de papéis sexuais, e que hoje em dia chamamos de construção social do gênero. Da comparação entre três culturas (Arapesh, Mundugomor e Tchambuli) que compartilhavam de uma organização social semelhante, Mead destaca que em duas delas (as duas primeiras mencionadas) a cultura não estabelece um padrão sentimental distinto para homens e mulheres. Existe sim um tipo de personalidade ou temperamento socialmente aprovado para todos os integrantes da sociedade. Segundo os nossos critérios de avaliação, a cultura Arapesh poderia ser caracterizada como maternal, tendo na docilidade o traço de personalidade valorado. Já entre os Mundugomor, o comportamento agressivo era incentivado para homens e mulheres. Na terceira sociedade analisada, os Tchambuli, suas personalidades se opõem e se completam idealmente, sendo que os signos de masculino e feminino estão invertidos em relação ao padrão ocidental.

O caso analisado por Mead diz respeito à questão de como determinadas culturas podem não enfatizar uma relação entre sexo e personalidade. Já em outras, o sistema simbólico em torno da diferença sexual pode eleger o que chamamos de afetividade como um campo privilegiado de diferenciação entre os gêneros. Mas poderia ser uma outra esfera da vida social como a divisão do trabalho; as classificações de gênero perpassam diferentes domínios e não requerem um em particular para se manifestar (HÉRITIER, 1985). É a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculinas ou femininas. Uma outra derivação importante que se retém dessa ilustração etnográfica é o fato de que a área dos sentimentos também é socialmente construída.

O conceito de gênero (2) tal como esboçado tem como origem a noção de cultura. Essa noção aponta para o fato da vida social, e os vetores que a organizam como, por exemplo, tempo ou espaço são produzidos e sancionados socialmente através de um sistema de representações. As idéias e os valores constituem uma realidade coletiva, autônoma e parcialmente inconsciente para os membros do grupo estudado. A cultura composta de conjuntos ideacionais específicos apresenta-se como um todo integrado; cada domínio pode ser objeto de concepções peculiares, contudo eles mantêm entre si uma tessitura que não é de simples justaposição, ao contrário, integram um sistema interdependente que provê a coerência de uma determinada visão de mundo. Vê-se dessa maneira de que forma, o conceito de gênero é profundamente devedor da idéia de arbitrariedade cultural, de relativismo. Deve-se acrescentar ainda um outro aspecto importante dessa noção, que é também comumente aceita e debitável da noção de cultura: o caráter necessariamente relacional das categorias de gênero.

Mas quais são as articulações entre gênero e reprodução? Tem sido salientado em uma ampla literatura que é no trabalho reprodutivo, o lugar onde a diferença se instala. Várias linhas

interpretativas sobre a problemática do gênero explicam ser na apropriação da fecundidade feminina pelo sexo masculino a origem da desigualdade entre os gêneros presentes em diversas sociedades (Barbieri, 1991). As mulheres têm tido um papel significativo na atividade procriativa até o atual momento, embora os avanços da tecnologia genética possam no futuro alterar esse quadro. Considerando o quadro atual, ocorre que a distribuição das tarefas entre os sexos é, em muitos sistemas culturais, entendida como uma espécie de extensão das diferenças anatômicas (procriativas) entre os sexos. Assim, parece "natural" que caiba ao sexo feminino uma série de tarefas associadas ao papel que a mulher ocupa no processo reprodutivo. O cuidado com a prole é sempre destinado às mulheres, mas este se situa para além do papel propriamente reprodutivo. Entretanto, ainda assim, recebe uma carga simbólica de atributo pré-social da condição feminina. As mulheres estariam assim, ideologicamente, representadas como mais presas ou imersas no plano natural do que os homens. Entretanto, o constrangimento que a natureza exerce sobre a organização social para essas tarefas é bastante débil. Na vida social; lidamos sempre com formas institucionais e, portanto, arbitrárias de arranjo das relações entre seres humanos. É apenas efeito da ideologia, e do seu subsistema de idéias referidos ao gênero, "conceber instituições estáveis da sociedade como formas 'naturais' de organização da vida coletiva" (Durham, 1983:15).

Também nas sociedades complexas, aquelas em que vivemos, estão organizadas por critérios de diferenciação de gênero, que importam em experiências sociais muito diversificadas para homens e mulheres. Este condicionamento acopla-se com outros de igual importância como o de classe, de raça, de origem regional, de religião e assim por diante. Designa-se por experiência social as marcas produzidas nos sujeitos pela sua inserção em diferentes critérios de classificação social, condição que determina sua apreensão do mundo e as vicissitudes de sua trajetória existencial.

Em uma pesquisa realizada em dois bairros populares cariocas em que se buscava mensurar o tempo gasto por crianças dos dois sexos com o trabalho dentro de casa, observou-se que as meninas, em função da socialização para um determinado papel de gênero, utilizam grande parte do seu dia com atividades necessárias para o sustento de grupo doméstico. A partir da idade de cinco anos elas são responsáveis gradativamente por uma série de tarefas: limpar e varrer a casa, lavar e passar roupa, esquentar comida, quando não fazê-la, e cuidar dos irmãos menores. Quando se contrasta o início das atividades femininas com as obrigações que são submetidos os meninos, nota-se que estes, nessa primeira parte da infância, dispõem de muito mais tempo para brincar. Crianças do sexo masculino quando desempenham tarefas em casa ficam responsáveis por atividades simbolicamente marcadas como "exteriores" ao domínio da casa. O trabalho de menino é lavar banheiro e varrer quintal ou áreas mais externas da casa, como a laje superior, ou ainda jogar lixo fora. Tais tarefas revestem-se de uma categorização de masculino porque envolvem, segundo os sujeitos sociais, mais "peso". Não se trata, como bem se sabe, de implicar efetivamente trabalho mais pesado, mas sim, a vigência do valor a ele atribuído, associada à concepção de que trabalho de homem envolve uma maior força física. Peso e relativa exterioridade relativamente à casa erigem simbolicamente a masculinidade nesses grupos.

Estrutura-se dessa maneira uma dinâmica das relações de gênero na família que vai construindo uma percepção diferenciada do tempo e da experiência entre as crianças. Os meninos, comparativamente às garotas, gozam nos primeiros anos de suas vidas de uma relativa 'liberdade', derivada da construção social da masculinidade nesses grupos sociais. "Menino é mais livre", "menino não faz nada" é a avaliação em tom de queixa mais comum que se ouve enunciar por parte das crianças de sexo feminino entrevistadas. Em decorrência do atributo de uma maior exterioridade frente ao domínio da casa, os meninos têm acesso a um tempo de lazer que decorre fora das vistas de seus parentes, que só podem, portanto, exercer sobre eles um controle menos direto. As meninas e adolescentes, via de regra, são objeto de restrições

relativas aos locais que podem frequentar e ao tempo que podem passar na "rua" (Heilborn:NO PRELO). Assim o tempo jamais é neutro. A infância é experimentada a partir de indicações sociais, que conformam a trajetória da vida.

No mesmo sentido que a palavra sexo foi desalojada do entendimento da elaboração cultural das condutas de homens e mulheres, a sexualidade como expressão das trocas eróticas entre sujeitos de sexos diferentes ou de um mesmo sexo foi despejada de uma significação transhistórica e/ ou transcultural. A sexualidade é uma forma moderna (sec.XVIII) de arranjo e construção de representações e atitudes acerca do que seria uma orientação erótica espontânea, traduzindo uma dimensão interna do sujeitos, ordenada pelo desejo. O termo ganhou tal força, que precisou ser desconstruído, salientando-se que tal representação é particular a uma determinada cultura. Nesse sentido, não existe sexualidade em si, apenas pode-se recorrer a tal explicação quando o contexto cultural assim o autorizar. Muitas vezes o que sob um certo prisma identifica-se como sexualidade, é em verdade em um dado grupo social recortado por outras instâncias que escapam às classificações exclusivas de uma dimensão interna dos sujeitos. Acopla-se a um campo maior de significação, - família, parentesco e/ou moralidade -, englobando uma possível instância individual.

Está-se se salientando aqui nesse esforço de relativização da sexualidade a dimensão da construção social da pessoa, isto é, do mesmo modo em que admitimos ser a cultura quem delimita o sentido de masculino e feminino, também o próprio reconhecimento do que vem a ser um ser humano, subjetiva e socialmente falando-se, depende das representações coletivas presentes em uma sociedade sobre o que significa, como se demarca e se atualiza um ente individual ( a pessoa). Salienta-se assim que é no Ocidente que a realidade do indivíduo.ganha mais espaço e valor, o que nos obriga a manter sob uma perspectiva relativizadora o pressuposto de uma psicologia inata aos sujeitos. É uma certa tradição cultural que erige um idioma que busca situar na subjetividade do sujeito, em seus traços idiossincráticos, as razões de determinadas escolhas na vida e de certos desdobramentos da história de vida, configurando um determinado psicologismo. Essa pessoa, na qualidade de uma categoria ordenadora de toda uma cartografia simbólica é apanágio de grupos sociais muito específicos Ela tem sua vigência no território do sujeito moderno, seara esta que se arma em torno do psicológico e do ordenamento pela "verdade do sexo (Foucault:1977). É este o raciocínio que nos autoriza problematizar a sexualidade.

Este modo de formular a questão apóia-se na perspectiva construtivista, que privilegia uma abordagem do sexo como um domínio social equivalente a outros tantos: carece de socialização, de internalização de representações, de introdução a determinadas práticas, de negociação de significados sobre atitudes do que venha a se constituir como erótico o sexual em um determinado contexto social (Gagnon e Simon:1973). O enfoque construtivista contrapõe-se a uma visão essencialista da sexualidade, que a concebe como um instinto ou uma força motriz presente em toda a humanidade. É a cultura a grande responsável pela transformação de corpos sexuados em corpos socializados, inseridos estes em redes de significados que definem categorizações de gênero, de orientação sexual e de escolha de parceiros; é por intermédio de valores que se modelam, se orientam e se esculpem os desejos e as trajetórias sexuais-amorosas.

O sexo, enquanto objeto de análise tal como qualquer outra dimensão da vida social, deve ser construído analiticamente tomando-se as referências que o contexto autorizar. É necessário neutralizar a crença da sexualidade existindo em si como um domínio da existência autonomizado, ela se integra a estratégias matrimoniais e de integração em uma rede social. O sexo é um canal de comunicação, um meio de troca, articulado numa visão de mundo, onde estão igualmente presentes concepções sobre amor romântico, intimidade, corpo e os sentimentos a ele relacionados como gosto e desgosto, também estes culturalmente fabricados.

A demonstração do nexos presente entre gênero, sexualidade e saúde pode ser buscada em alguns achados recorrentes da literatura acerca da relação mulher e AIDS (Cf. por exemplo: Barbosa e Villela: 1994). Recorrentemente, estes trabalhos têm apontado para o fato de que as relações de gênero são as responsáveis pelo fato de mulheres, mesmo aquelas com conhecimento razoável do ponto de vista epidemiológico sobre as formas de contaminação pelo vírus HIV, serem incapazes, ou terem dificuldades, de implementar o uso do preservativo e buscar formas de alterar esse quadro. Essa situação pode também ser observada para a França, onde se constata que as mulheres estão em posição muito desvantajosa para negociar a gestão do risco de contração do vírus. Nota-se lá que o uso do preservativo só é possível quando se trata de uma decisão do casal; leia-se, nesse sentido, quando o homem concede em usá-lo. As mulheres lá como aqui acabam por ceder a relações desprotegidas, cabendo-lhes como alternativa a realização de um teste a posteriori como forma de obter a tranquilidade (Paicheler e Quemin:1994).

Em uma pesquisa conduzida no Rio de Janeiro (Heilborn e Prado, 1995) depara-se com resultados semelhantes. O uso da camisinha responde antes às demandas sobre contracepção do que propriamente à prevenção das doenças sexualmente transmissíveis e Aids. De modo muito significativo, há convergência absoluta entre as entrevistadas no sentido de que a prevenção diminui "quando o parceiro é conhecido". A investigação tem assinalado que o impacto da Aids em termos de mudanças comportamentais entre mulheres heterossexuais é bem menor do que se poderia a princípio supor, considerando-se que esse é o grupo que presencia um aumento percentual significativo dos índices de contração da doença. O significado da epidemia HIV no tocante à adoção de estilos de vida esbarra em definições cristalizadas sobre "pureza / poluição" dos parceiros, fazendo com que a idéia de "pessoa conhecida" -- leia-se aquela que compartilha a princípio dos mesmo universo de valores -- recaia fora do campo de uma possível contaminação.

O caso do cuidado frente a aids nos leva a perceber de que modo gênero e sexualidade se articulam para deixar as mulheres em posições de maior vulnerabilidade e estampam de que modo a saúde está intrinsecamente ligada a essas duas esferas. Um caso paradigmático é aquele apontado por Daniela Knauth (1995) ao demonstrar de que modo mulheres soropositivas escolhem a maternidade como parte integrante de um projeto de redefinição da vida diante da doença. Redefinição que apela para maternidade, aparentemente ilógica diante dos riscos de uma possível contaminação do feto/ da criança, mas que salienta a pregnância do gênero em uma solução diante de uma crise. Os exemplos aqui são usados de maneira sugestiva para alimentar uma reflexão posterior.

1. Recapitulando para finalizar, o gênero é um conceito que visa apontar para a não-continuidade entre o sexo físico e o sexo social, e que tem sido usado por diversos campos de conhecimento. O comportamento esperado de uma pessoa de um determinado sexo é produto das convenções sociais acerca do gênero em um contexto social específico. E mais, essas idéias sobre o que se espera de homens e mulheres são produzidas relacionalmente; isto é: quando se fala em identidades socialmente construídas, o discurso sociológico/antropológico está enfatizando que a atribuição de papéis e identidades para ambos os sexos forma um sistema simbólico concatenado.

#### **Notas:**

1. direitos reprodutivos é uma categoria emergente na linguagem dos documentos oficiais que preconiza a possibilidade de homens e mulheres tomarem decisões sobre sua sexualidade, fertilidade, saúde relacionada ao ciclo reprodutivo bem como a criação dos filhos, Estas decisões enquanto exercício de uma escolha implicariam acesso amplo e facilitado às informações concernentes a esse domínio bem como facilidade de utilização dos recursos

necessários para realizar as escolhas de modo eficiente e seguro (cf. AVILA, Maria Bethania, 1993)

Mas por que gênero e não um outro conceito qualquer? Essa categoria foi tomada de empréstimo à gramática. As disciplinas da linguagem têm fornecido diversos instrumentos analíticos ao saber antropológico. Em seu sentido original, gênero é o fenômeno presente em algumas das línguas (por exemplo, as indo-européias) de desinências diferenciadas para designar indivíduos de sexos diferentes ou ainda coisas sexuadas. Gênero, nas ciências sociais, como vimos, tomou outros foros e significa a distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos (Scott:1990). É preciso salientar, no entanto, que existe uma variedade significativa de formulações acerca do conceito, que remetem a teorias sociais mais gerais, sendo seus conteúdos, as implicações e sua operacionalidade bastante distintos. Certamente, está-se muito longe da invenção de uma chave mágica para os problemas da análise sociocultural. Conferir para uma discussão mais detida sobre esta questão, Heilborn (1995).

### **Bibliografia citada:**

- ÁVILA, Maria Bethania. Direitos reprodutivos: uma invenção das mulheres reconcebendo a cidadania. Recife: SOS Corpo, 1993.
- BARBIERI, Teresita de. "Sobre la categoria de género - una introducción teórico-metodologica" In: AZEREDO, Sandra & STOLCKE, Verena. Direitos Reprodutivos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 1991, p. 25-46.
- BARBOSA, Regina & VILELA, Wilza. A trajetória feminina da Aids, paper apresentado na Reunião da ABEP, mimeo, 1994.
- DURHAM, Eunice. "Família e reprodução humana". In: FRANCHETTO *et alii*. Perspectivas antropológicas da mulher n°. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- ELIAS, Norbert "On human beings and their emotions: a process-sociological essay" In: *Theory, Culture and Society*. SAGE, Londodn, v.4 1987 (339-3361)
- FOUCAULT, Michel - , vol 1. Rio de Janeiro, Graal, 1977
- HEILBORN, Maria Luiza. "Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica" In: Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro: IBAM/ UNICEF, 1991.
- \_\_\_\_\_. NO PRELO - "O traçado da vida: gênero e idade em dois bairros populares do Rio de Janeiro". In: MADEIRA, Felícia. Quem mandou nascer mulher? - gênero e infância pobre no Brasil. Brasília: UNICEF, (previsão de publicação para dezembro de 1996).
- \_\_\_\_\_. "Gênero e Hierarquia: a costela de Adão revisitada" In: Revista Estudos Feministas vol. 1/n° 1, CIEC/ECO/UFRJ, 1993.
- \_\_\_\_\_. "De que gênero estamos falando?" In: Sexualidade, gênero e sociedade ano 1 n° 2 Rio de Janeiro: CEPESC/IMS/UERJ, 1995.
- HEILBORN, Maria. Luiza & PRADO, Rosane. "Na hora h a gente nunca usa". *Paper* apresentado na XIX Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu:1995.

HÉRITIER, Françoise. "Masculino e Feminino" In: Enciclopédia Einaudi vol.20 Lisboa: 1980, p.11-26.

KNAUTH, Daniela "Aids, reprodução e sexualidade: uma abordagem antropologica. Relatório Final de Pesquisa PRODIR II, São Paulo, 1995.

MEAD, Margareth. Sexo e Temperamento. São Paulo: Perspectiva, 1969. PAICHELER, Geneviève & QUEMIN, Alain. "Integration des connaissances et logiques preventives face au risque de contamination par le HIV". IN: Connaissances, représentations, comportements. Paris: ANRS, 1994.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". In: Revista Educação e Realidade, nº 2, vol. 15. Porto Alegre: 1990, p.5-22